

198 **Militares avaliam situação nacional**

Pedro Paulo Rezende

Os ministros militares reuniram-se ontem no Estado Maior para uma avaliação do momento. É a terceira vez, em três dias consecutivos, que eles se encontram para discutir o quadro brasileiro, teoricamente, sob o prisma da segurança e da ordem do país. Mas há outras interpretações por baixo das declarações vagas dos participantes destas seletas, e secretas, trocas de opiniões. A mais corrente entre as Forças Armadas é a de que se discute a posição destas instituições no panorama futuro da política brasileira. Atualmente há dois blocos bastantes definidos: o que apoia a posição dura de Medeiros, proponente da simples manutenção das regras do jogo com Andreazza e (ou) Maluf, e a do ministro Délio Jardim de Mattos, que prega a negociação com as Oposições em busca do consenso.

O primeiro bloco contaria com o suporte do ministro Walter Pires que, ao mesmo tempo, oscila entre o desejo de institucionalizar a Revolução de 64 e a vontade de tirar sua força da política. Sua discordância com Medeiros é uma mera questão de nomes. O titular do Exército preferiria outros que não os de Mário Andreazza ou Paulo Maluf, talvez os de Jarbas Passarinho e Costa Cavalcanti fossem mais adequados para o cumprimento de seu projeto para a nação. O vice Aureliano Chaves, outrora dono de largas fatias das benesses de Pires, encontra-se atualmente em declínio.

Ele conseguiria os objetivos deste grupo com a vantagem de ser um nome aceitável para as oposições e dono de um respaldo popular apreciável. Mas sua insistência em relação às eleições diretas terminou por desfigurar suas qualidades como o homem certo para o lugar certo, provavelmente porque apresentou-se no momento errado, quando outros candidatos já empunhavam a bandeira do continuísmo político, com ou sem mudanças econômicas. Para este bloco a idéia do mandato-tampão ocupa características esotéricas dignas do nome de Satanás em uma reunião da Igreja Adventista.

O bloco do ministro Délio Jardim de Mattos, que em outros tempos era adornado pela figura popular e moderada de Maximiano da Fonseca, vê a realidade brasileira por um outro prisma: a do total impasse político a partir de 1986, quando o Congresso se renovará em sua quase totalidade tornando-se uma armadilha potencial para o Governo.

Sua análise de situação é clara e meridiana. O presidente eleito pelas regras do jogo governaria um ano apenas com o apoio do Congresso, uma vez que a vitória das Oposições em 1986 é considerada como certa. A partir deste ponto se criaria uma situação de confronto entre os poderes Executivo e Legislativo, agravada pela ausência de suporte popular ao morador do Palácio da Alvorada. A melhor hora para a negociação seria agora, quando o PDS ainda penetra em espaços consideráveis da Nação, e não no momento em que ele se encontrar mais fraco e exaurido. É uma visão mais próxima da do ministro do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, que sustenta teimosamente, apesar de sua insistência pelas diretas, o nome de Aureliano Chaves, seja em mandato-tampão ou pleno.

Os passos do Governo nos próximos dias dirão a verdade destes três encontros dos quatro ministros militares nestes dias tão sisudos das emergências e da luta pelas diretas, já. Por enquanto a realidade só se filtra em conversa com assessores, escondidas por evasivas de Délio Jardim de Mattos e Alfredo Karam. A posição dos militares já está tomada. Agora é questão de tempo.